



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA PROJETO DE LEI Nº 228, DE 2011

Altera a redação do artigo 131 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, compatibilizando-o com o PL 228/2011.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se a seguinte redação ao art. 131 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973:

Art. 131. Nas localidades onde houver mais de um serviço de registro de títulos e documentos, a distribuição será feita de forma gratuita, prévia e equitativamente, por Central de Serviços instalada, organizada e mantida pelos próprios oficiais de registro locais, salvo onde já existir Ofício de Registro de Distribuição específico, criado antes desta lei. (NR).

Parágrafo Único. Os Ofícios de Registro de Distribuição de Títulos e Documentos específicos serão extintos na vacância, passando a distribuição a ser realizada por Central de Serviços na forma estabelecida no caput.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa compatibilizar a proposição original com a modernidade, integrando os serviços de registros públicos e universalizando o acesso às informações, de forma centralizada, permitindo sua mais fácil localização aos usuários e fiscalização pelos órgãos da administração, evitando-se a necessidade de peregrinação ou requisição por vários cartórios, tanto para apresentar quanto para localizar atos de seu interesse e, principalmente, garante à sociedade que a prestação do serviço público delegado se dará com obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal.

Conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal, “*não é de clientela a relação entre o serventuário e o particular (como sucede com a profissão de advogado), mas informada pelo caráter da autoridade, revestida pelo Estado de fé pública. Nem é de livre escolha a suposta freguesia, mas sempre cativa nos cartórios de registro*” (cf. RE 178.236, rel. Min. OCTAVIO GALLOTI). Assim, visando preservar a seriedade dos atos de registro e a necessidade de integração dos serviços a eles atribuídos, faz-se necessária a manutenção de Centrais de Distribuição e atendimento, facilitando a vida do cidadão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O sistema de prévia distribuição ora proposto e que visa possibilitar o intercâmbio de dados entre os serviços e a sociedade já é adotado pelos serviços de Protesto, nos termos da Lei nº 9.492/1997, e vem cumprindo seu desiderato satisfatoriamente.

Sala das Comissões, em

Deputado **Vicente Cândido**